

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2015/2016**



TIG

**CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE
MOÇAMBIQUE ENTRE 1964-1975**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**CAP, INF Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita
CAP, CAV Alberto Joel Santos de Carvalho Pinto
CAP, ART Luís Miguel Rebola Mataloto
CAP, INF João Paulo Vilar do Souto (Coordenador)
CAP, INF João Carlos Gonçalves dos Reis**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE
MOÇAMBIQUE ENTRE 1964-1975

CAP, INF Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita

CAP, CAV Alberto Joel Santos de Carvalho Pinto

CAP, ART Luís Miguel Rebola Mataloto

CAP, INF João Paulo Vilar do Souto (Coordenador)

CAP, INF João Carlos Gonçalves dos Reis

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS

Pedrouços, 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**CARACTERIZAÇÃO DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE
MOÇAMBIQUE ENTRE 1964-1975**

CAP, INF Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita

CAP, CAV Alberto Joel Santos de Carvalho Pinto

CAP, ART Luís Miguel Rebola Mataloto

CAP, INF João Paulo Vilar do Souto (Coordenador)

CAP, INF João Carlos Gonçalves dos Reis

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS

Orientador: MAJ, INF António José Macedo Estrela Bastos

Pedrouços, 2016



Declaração de compromisso anti plágio

Nós, **os autores deste documento**, declaramos por nossa honra que o documento intitulado **Caracterização do Teatro de Operações de Moçambique entre 1961-1974** corresponde ao resultado da investigação desenvolvida enquanto auditores do **CPOS 2015/2016** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 08 de junho de 2016

Artur Sérgio Apolinário dos Santos Mesquita

Cap Inf

Luís Miguel Rebola Mataloto

Cap Art

João Carlos Gonçalves dos Reis

Cap Inf

Alberto Joel Santos de Carvalho Pinto

Cap Cav

João Paulo Vilar do Souto

Cap Inf



Agradecimentos

Aos Soldados Portugueses que com as suas ações construíram a história da nação que contemplamos no presente.

A realização deste Trabalho de Investigação de Grupo e culminar de todo um trabalho desenvolvido ao longo do Curso de Promoção a Oficial Superior 2015-2016. Que nos exigiu muito trabalho, esforço e dedicação.

Um agradecimento especial as nossas famílias pela compreensão e muita paciência demonstradas, e que muito ajudaram nos momentos mais difíceis, sendo crucial para o nosso sucesso.

Queremos também agradecer aos nossos orientadores, Major de Infantaria Borges e Major de Infantaria Bastos, pela disponibilidade demonstrada e pelos contributos prestados ao longo do desenrolar de todo o trabalho, que muito pertinentes e importantes foram para alcançar dos objetivos pretendidos.

Um grande obrigado!



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	4
2. Breve enquadramento histórico de Moçambique	6
3. Teatro de Operações de Moçambique entre 1964 e 1975.....	9
3.1. Política	9
3.1.1. Síntese Conclusiva	10
3.2. Militar	10
3.2.1. Síntese Conclusiva	14
3.3. Economia	14
3.3.1. Síntese Conclusiva	15
3.4. Social	15
3.4.1. Síntese Conclusiva	18
3.5. Infraestruturas	18
3.5.1. Síntese Conclusiva	19
3.6. Informacional.....	19
3.6.1. Síntese Conclusiva	20
3.7. Ambiente Físico.....	20
3.7.1. Enquadramento geográfico em 1964.....	20
3.7.2. Orografia (Relevo)	21
3.7.3. Hidrografia	22
3.7.4. Flora e Fauna	22
3.7.5. Natureza do solo	23
3.7.6. Clima	23
3.7.7. Síntese conclusiva	23
4. Forças Opositoras no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964 a 1975.....	24
4.1. FRELIMO.....	24
4.1.1. Origem.....	24
4.1.2. Organização.....	24



4.1.3. Armamento	26
4.1.4. Atuação.....	26
4.2. Síntese conclusiva.....	28
Conclusões.....	30
Bibliografia.....	32



Índice de Figuras

Figura 1 - Distribuição dos povos de etnia Bantu	6
Figura 2 - Ilustração organização militar territorial em Moçambique.....	10
Figura 3 – Distribuição Geográfica da População de Moçambique	18
Figura 4 - Extrato do Mapa de Portugal Insular e Ultramarino.....	21
Figura 5 - Organização da FRELIMO	25
Figura 6 - Organização de Batalhão da FRELIMO	27

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Unidades e subunidades de combate a apoio de combate em Moçambique	11
Tabela 2 - Militares Nativos das Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África	13
Tabela 3 - Militares Portugueses das Forças Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África.....	13
Tabela 4 – Distribuição da População de Moçambique	16
Tabela 5 - Armamento da FRELIMO.....	26



Resumo

Após o final da 2ª Guerra Mundial e o conseqüente rearranjo de poderes na ordem internacional verificou-se a emergência progressiva de movimentos de autodeterminação claramente antagônicos à ordem colonial previamente estabelecida com especial incidência em África e na Ásia.

Neste contexto, Portugal viu-se envolvido na “Guerra do Ultramar”, que se desenvolveu em paralelo com conflitos de características semelhantes que ocorreram em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

O presente trabalho académico pretende efetuar uma breve caracterização do teatro de operações de Moçambique de 1964 a 1975.

São objetivos deste trabalho a caracterização de elementos da geografia física, geografia humana e geopolíticos relevantes para a caracterização do conflito no território moçambicano de 1964 a 1975. Assim como a caracterização dos diversos movimentos insurgentes e a sua evolução, em termos de base ideológica, apoios externos, linhas de comunicações, capacidade militar, *modus operandi* e da sua relação com a população.

O estudo desta temática incidiu na pesquisa de publicações doutrinárias do Exército, bem como de bibliografia publicada por historiadores do tema. Permitindo enquadrar os dados históricos disponíveis nos instrumentos metodológicos utilizados como modelo de análise do IPB em operações de estabilização descrito no PDE 2-09-00 (Exército Português, 2010).

Palavras-chave

Moçambique, Guerra colonial, Guerra do Ultramar



Abstract

After the end of the II World War and the consequent reshuffling of the world powers there was a progressive emergence of self-determination movements specifically in Africa and Asia that clearly were antagonist to the previously instated colonialist order.

Portugal, in this context, was engaged in the “Colonial Wars” that developed in tandem three conflicts with similar characteristics but fought at different Operation Theatres (OT), namely in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique.

The present academic paper intends to produce a brief characterization of the Mozambican Operation Theater between 1964 and 1975.

This document’ objectives are the characterization of Mozambique’ physical geography, human geography and relevant geopolitical structures that contribute towards the description of the conflict that occurred in the Mozambican territory between 1964 and 1975. As well as the description of the diverse insurgent movements in their respective evolution, ideological base line, modus operandi and their relations with the local populations.

The research was framed by the Portuguese Army Doctrinal Publications and the bibliographical survey of available papers and documents published by historians. The collected observations enabled the examination of the historical data based on the modern methodological military operational models of Intelligence Preparation of the Battlefield (IPB) in stabilization operations, as per described in the PDE 2-09-00 (Portuguese Army, 2010).

Keywords

Mozambican War, Colonial War, African war



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AC – Anticarro

ACA - Académica

AO – Ambiente Operacional

AP - Antipessoal

B

BCaÇ – Batalhão de Caçadores

C

CAM - Centro de Assistência Médica por Zona

CCaçEsp - Companhias de Caçadores Especiais

CECA - Comissão para os Estudos das Campanhas de África

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CIC - Centro de Instrução de Comandos

CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais

CIR - Centro de Instrução Regional

COREMO – Comité Revolucionário de Moçambique

D

DL - Decreto-lei

E

EM - Estado-Maior

EME - Estado-Maior do Exército

EUA - Estados Unidos da América

F

FAP - Força Aérea Portuguesa

FAv – Folha Avançada

FFAA - Forças Armadas

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

I

IAO - Instrução de Aperfeiçoamento Operacional

IAEM - Instituto de Altos estudos Militares

IPB - Intelligence Preparation of Battlefield

IUM – Instituto Universitário Militar



M

MANU – União Nacional de Moçambique

N

NATO - North Atlantic Treaty Organization

NEP – Norma de Execução Permanente

O

OE - Objetivo Específico

ONU - Organização das Nações Unidas

P

PC - Posto de comando

PD – Pergunta Derivada

PDE - Publicação Doutrinária do Exército

PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PP – Pergunta de Partida

PMESII+PT – Political, Military, Economic, Social, Infrastructure, Information,
Physical Terrain and Time

Q

QC – Questão Central

QG - Quartel-general

QP – Quadro Permanente

R

RMM - Região Militar de Moçambique

S

SAM - Serviço de assistência médica por região

T

TO - Teatro de Operações

U

UDENAMI – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente

URSS – União das Republicas Soviéticas Socialistas

Z



Introdução

Após o final da 2ª Guerra Mundial e o conseqüente rearranjo de poderes na ordem internacional, verificou-se a emergência progressiva de movimentos de autodeterminação antagônicos à ordem colonial previamente estabelecida, principalmente em África e na Ásia. Neste contexto, Portugal viu-se envolvido na “Guerra do Ultramar”, que se desenvolveu em paralelo com conflitos de características semelhantes que ocorreram em três Teatros de Operações (TO), nomeadamente Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Apesar da presença portuguesa em Moçambique remontar ao período dos descobrimentos, apenas durante o século XX se procura garantir uma presença efetiva em todo o território. Este meio, caracterizado por fatores geográficos determinantes em que se destacam diversos rios de grande envergadura, que o atravessam longitudinalmente, uma costa extremamente extensa no oceano Índico e a existência de inúmeras etnias nativas, profundamente diversificadas entre si do ponto de vista cultural, colocou, no contexto de um conflito de características subversivas, enormes desafios ao Exército Português, não só em termos táticos, como também ao nível do controlo da população¹.

As primeiras ações armadas por parte de movimentos insurgentes só ocorreram em 1964, na antiga província de Cabo Delgado, três anos depois da eclosão do conflito nos territórios de Angola e da Guiné, e da perda dos territórios da Índia portuguesa.

Os movimentos que materializaram a ameaça, normalmente constituídos por um núcleo político e por um núcleo militar, eram apoiados por atores externos e procuravam garantir liberdade de ação para constituir santuários fora do território de Moçambique, nomeadamente na Tanzânia, Malawi, e nos antigos territórios da Rodésia do Norte e Rodésia do Sul.

Este documento ambiciona apresentar uma breve análise à luz da doutrina moderna utilizada pelo Exército Português nas operações executadas em Moçambique de 1964 a 1975.

O presente trabalho académico pretende efetuar uma breve caracterização do teatro de operações de Moçambique de 1964 a 1975 à luz dos modernos conceitos doutrinários das operações militares de estabilização.

Limitar-se-á ao estudo do Teatro Operações de Moçambique no período entre 1964 e 1975, caracterizando-o segundo os conceitos aplicados na metodologia do estudo do

¹ IESM, (2015).FAv1 TIG CPOS AS



espaço de batalha pelas informações em operações de contrassubversão e operações de estabilização.

Uma vez que o foco da contrassubversão é a população, o estudo do espaço de batalha basear-se-á nas variáveis operacionais Política, Economia, Militar, Social, Infraestruturas, Informação, Ambiente Físico e Tempo (PMESII+PT). (FM-3-24, 2014, p. 2-2).

Relativamente ao estudo da ameaça irregular foram abordados os aspetos da dinâmica do movimento subversivo, nomeadamente os seus objetivos, motivações e meios (FM-3-24, 2014, p. 5-1).

São objetivos deste trabalho a caracterização de elementos da geografia física, geografia humana e geopolíticos relevantes para a caracterização do conflito no território moçambicano em 1964 a 1975. Assim como a caracterização dos diversos movimentos insurgentes e a sua evolução, em termos de base ideológica, apoios externos, linhas de comunicações, capacidade militar, *modus operandi* e da sua relação com a população.

De modo a atingir o objetivo acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos específicos:

- Caraterizar os aspetos geográficos do Teatro de Operações de Moçambique de 1964 a 1975 de acordo com as variáveis operacionais para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização.
- Caraterizar as forças opositoras do Teatro de Operações de Moçambique de 1964 a 1975 a sua evolução, em termos de base ideológica, apoios externos, linhas de comunicações, capacidade militar, *modus operandi* e da sua relação com a população.

A pergunta de partida (PP) para orientar a pesquisa do tema é a seguinte: Quais foram as características do teatro de operações de Moçambique de 1964 a 1975?

Da pergunta de partida acima enunciada surgiram as seguintes perguntas derivadas (PD):

- PD 1 – Quais os aspetos geográficos do Teatro Operações de Moçambique de acordo com as variáveis operacionais para operações de apoio à contrassubversão e operações de estabilização?
- PD 2 – Quais as origens, base ideológica, evolução, apoios externos, linhas de apoio, comunicações, capacidade militar, *modus operandi* e relação com



a população das forças opositoras do Teatro de Operações de Moçambique de 1964 a 1975?

A investigação a efetuar terá como base as normas e procedimentos da NEP/ACA – 018 do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) que se aplica aos trabalhos de Investigação realizados no âmbito dos cursos ministrados no Instituto.

O estudo desta temática incidirá na pesquisa de publicações doutrinárias do Exército, bem como de bibliografia publicada por historiadores do tema.

O instrumento metodológico utilizado que servirá de base para a análise crítica dos dados observados é o modelo de análise de variáveis operacionais em operações de estabilização, mais especificamente em operações de estabilização, onde as forças militares portuguesas podem ser empenhadas em atividades de contrassubversão.

Este modelo é descrito no PDE 2-09-00 (Exército Português, 2010) e nas Notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização (IESM, 2013), que visam servir de apoio conceptual para a descrição do teatro operacional.

O presente trabalho prendeu-se exclusivamente ao estudo do teatro de operações de Moçambique com especial enfoque nas forças terrestres, não descrevendo exaustivamente os demais ramos das FFAA ou Serviços de Informações e Segurança Nacionais. A recolha de dados foi orientada para o período de 1961 a 1974 em que decorreu a Guerra de África apenas estudando no teatro de Moçambique as unidades com responsabilidades de execução operações no meio terrestre.

Este documento pretende ser uma investigação de história aplicada de natureza descritiva que apenas ilumina o *finis operandis* do objeto de estudo no âmbito das delimitações enunciadas. Os dados recolhidos não são uma amostra representativa, mas são úteis na descrição do objeto de estudo concorrendo positivamente para identificar aspetos importantes para a história militar.



1. Enquadramento Teórico

Vegécio, afirmou que a principal causa para a decadência das Legiões estava na perda do seu potencial de combate que acontece sempre que a ambição pessoal prima sobre o mérito. Causando com que as promoções fossem atribuídas à influência e não à capacidade de trabalho do soldado (Vegécio, 2006, p.55). A História Militar ao descrever o *finis operandis* permite criar analogias entre realidades diferentes que são úteis para o aumento da eficácia e eficiência da aplicação de meios e forças de natureza militar.

A paz é, sem dúvida, a utopia dos Sábios, mas a guerra foi o passado dos Homens e irá moldar uma parte significativa do nosso futuro. O conflito humano é um objeto de estudo de natureza complexa existindo várias aproximações teóricas que procuram sistematizar e prever o comportamento dos opositores em combate.

Procurando sistematizar com suporte na biologia, psicologia, antropologia ou sociologia² as motivações que geram o embate entre os opositores. No entanto os autores preferem prosseguir o estudo da guerra com bases na análise sistematizada dos fatores operacionais considerados por participantes em conflitos. Fundamentando que é plausível discernir um conjunto de princípios clássicos (Clausewitz, 2003, p.37) que pautam e orientam a condução das operações militares com maior primazia da *praxis* (Bonaparte, 2003, p.33). Formulando uma visão realista das relações internacionais em oposição à aproximação teórica dedutiva.

Os conflitos de autodeterminação e anticolonialistas do séc. XX decorreram sob forte influência da guerra fria. Conflito que ditou um maior intervencionismo dos blocos opositores sob a forma de assistência militar ou financeira (Lara, 2011, p.99). No plano político podemos observar o fenómeno de Subversão Política Predominantemente Internacional de natureza socialista (*Idem*, p. 53).

Um Estado é definido pela interceção do seu território, população e capacidade de projetar poder assertivamente sobre a sua área de soberania³. Perante uma agressão desintegradora de natureza subversiva cabe às forças de segurança e defesa reagirem com o desencadeamento de operações de natureza contra subversiva que cria uma dialética entre o Estado e os movimentos subversivos para o controlo e conquista do apoio popular (Kilcullen, 2010, p. 29).

² Sendo o caso de Huntington na sua obra O Choque das Civilizações ou de Nayef Al-Rodhan com a sua teoria de análise de indicadores Meta-geopolíticos.

³ Não foi referida a necessária legitimidade internacional atribuída pelo reconhecimento da soberania do Estado.



O movimento subversivo irá procurar evoluir as fases do conflito iniciando na campanha da defesa ativa e defesa passiva, progressivamente até à passagem para à contraofensiva e culminando na guerra de aniquilamento (Tse-Tong, 2004, p.59). Taticamente, na execução das operações de luta deverá criar e manter uma guerra prolongada (*Idem*, p.157), que explora os erros do inimigo (*Ibidem*, p.228), criar e manter bases de apoio (*Ibidem*, p.132) e mantendo sempre contactos com a população que respeitem ajudem e defendam o povo (Giap, 2005, p.75).

Na prossecução dos seus objetivos estratégicos os movimentos de libertação de natureza insurgente aplicam atos de violência e de subversão para incapacitar os órgãos executivos do estado (Mesquita, 2014, p.343). Criando o vazio de poder que permite a substituição do Estado segregando a população da ação governativa e promovendo comportamentos na população local que culminem na destruição dos órgãos de governo locais.

Operações de contrainsurgência procuram mitigar a dinâmica subversiva que os movimentos insurgentes criam para mobilizar a população (FM 3-34, 2014, p.1-19).



2. Breve enquadramento histórico de Moçambique

Em Moçambique a população era na sua maioria descendente dos povos de origem Bantu (figura 1), caracterizada não por uma raça, mas pela união de um conjunto de grupos pela sua cultura e por uma linguagem comum (Cipriano, 2010, p.11).

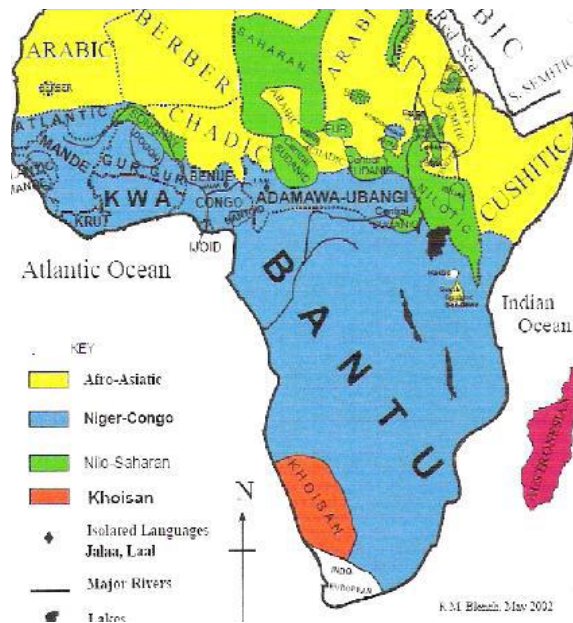


Figura 1 - Distribuição dos povos de etnia Bantu

Fonte: (ALMEIDA, 2007)

A presença dos Portugueses em Moçambique remonta a 1489, quando o português Pêro da Covilhã, a mando do Rei D. João II numa missão de reconhecimento, terá passado por Sofala. E que Vasco da Gama, na sua primeira viagem à Índia, conquista terra em Inhambane a 10 de janeiro de 1498, e depois em Quelimane, para criar as condições necessárias para a continuação da sua viagem. (CECA, 1989, p.23)

O processo de colonização continuou durante largos anos, até 1752 onde Portugal assina um acordo com os Árabes de Omã, acordando a separação da região em duas zonas de influência, a norte do Cabo Delgado, a zona Árabe, e a sul a zona Portuguesa, que corresponde aproximadamente ao que viria a ser o território de Moçambique (CECA, 1989, p.25).

O Continente Africano, sendo uma fonte de matérias-primas e mão-de-obra barata (pela escravatura) despertou, durante a revolução industrial, o interesse dos Países Europeus mais industrializados. Da corrida da Europa ao território Africano, resultou a Conferência de Berlim, que decorreu entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, da qual Portugal participou, e que teve como objetivo a regulação de assuntos



coloniais em África. Como resultado desta conferência, tornou-se claro que Portugal foi o principal prejudicado, porque deixou de se ter em consideração o direito histórico tradicional, uma vez que, apenas com a ocupação territorial seria considerada a posse efetiva de um território, e que dada a escassez de recursos seria difícil a Portugal proceder a uma ocupação efetiva. (Ribeiro, *et al.*, 2004, p. 3-5).

Os contornos atuais de Moçambique ficaram definidos, em 1891, num tratado assinado com a Inglaterra. Tratado decorrente de um ultimato que a Inglaterra impõe à força a Portugal, a 11 de janeiro de 1890, uma vez que a pretensão de Portugal ligar a Angola a Moçambique iria contra seu plano de ligar o Cabo ao Cairo (CECA, 1988, p. 36-38). Após a ratificação desse tratado, Portugal empenhou-se na pacificação e na defesa das suas terras do interior, deparando-se com vários conflitos internos entre as várias tribos e com atos de insubordinação a autoridade Portuguesa (Ribeiro, *et al.*, 2004, p. 6-11).

Durante o período da I Grande Guerra, Moçambique serviu de palco a várias operações militares, com os alemães a invadirem Moçambique de uma forma opressiva, que culminou com uma declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em março de 1916, por Portugal ter intervindo ao lado dos Aliados. O conflito com a Alemanha, em Moçambique, terminou com o Armistício, a 11 de novembro de 1918, colocando fim as hostilidades. Já a II Grande Guerra, em comparação com a I Grande Guerra, não trouxe muitas alterações ao Continente Africano, como também as operações pouco afetaram. Contudo acordou os Movimentos Nacionalistas, retomando a organização de congressos Pan-Africanos, onde procuravam “a completa e absoluta independência para os povos Africanos” (Ribeiro, *et al.*, 2004, p. 11-17). Culminado com a independência de diversos Países Africanos.

A Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, a 18 de abril de 1955 e promovida por Países Asiáticos, foi a grande alavanca para a sucessão de independências, dada a ajuda política que forneceu a diversos Países Africanos. Dessa Conferência, afirmou-se “a adesão plena e inteira dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e mencionava o dever de todos os povos libertados ajudarem os povos ainda dependentes a alcançar a sua soberania”. (CECA, 1988, p.48)

Após a Conferência de Bandung, a União Soviética manifesta apoio aos movimentos de independentistas, procurando a emancipação dos territórios Africanos. Também a ONU intervém, interrogando os Estados membros, da situação dos territórios Africanos, que tinham sob o seu controlo administrativo. Em 1960, as exigências da ONU subiram de tom



e “evolúem no sentido de não aceitar qualquer arquitetura jurídica ou política que ocultasse o que, para ela, era a situação colonial dos nossos territórios” (CECA, 1988, p.54). Tendo sido exigido a Portugal que cumprisse o Artigo 73º da Carta das Nações Unidas, no que respeita a constituição de um governo próprio para os territórios sobre a sua responsabilidade e não autónomos. Culminado, no final desse mesmo ano, com a ONU a deixar “de reconhecer as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal e impunha que este concedesse a autodeterminação a todos os territórios” (Ribeiro, *et al.*, 2004, p.22).

Após a tomada de posição por parte da ONU em relação às Províncias Ultramarinas, deu-se o início do conflito armado em Angola, a 4 de fevereiro de 1961, com ações de luta armada por parte de um dos movimentos de autodeterminação, criados e apoiados fora do território. Com o início do conflito em Angola, Portugal viu os EUA a apoiar a emancipação dos povos Africanos, ficando assim com duas grandes potências (EUA e URSS) contra os seus interesses ultramarinos (CECA, 1988, p. 55). Vê também as populações a serem instigadas contra a sua presença, com os movimentos independentistas a receberem apoio internacional, quer em armamento como também em preparação militar.



3. Teatro de Operações de Moçambique entre 1964 e 1975

Foi aplicada a estrutura metodológica PMESII + PT definida pelas notas para IPB na Contrassubversão e Operações de Estabilização (IESM, 2013) que permite enquadrar o desenvolvimento das variáveis operacionais segundo as dimensões de análise Política, Militar, Económica, Social, Infraestruturas, Informacional e Ambiente Físico. O fator tempo não foi considerado na revisão histórica apresentada neste documento.

3.1. Política

A província de Moçambique tinha como Órgãos de Governos próprios o Governador-Geral, o Conselho Legislativo e o Conselho Económico Social.

O Governador-Geral era o representante do Governo de Portugal e a maior autoridade na Província, sendo assistido por um Secretário-geral e por Secretários Provinciais que tinham a seu cargo a gerência de diversos serviços, que se constituíam como uma Secretaria Provincial. O Conselho Legislativo emitia diplomas legislativos sobre todos os assuntos exclusivos da Província e quando solicitados pelo Governador-Geral ou mesmo o Ministro do Ultramar, emitia pareceres sobre os respetivos assuntos. O Conselho Económico e Social tinha funções consultivas e de assistência ao Governador-Geral. Funcionava ainda, o Conselho do Governo, com funções consultivas para com o Governador-Geral e ainda o Tribunal Administrativo com jurisdição em toda a Província. (CECA, 1989, p.41).

O território de Moçambique dividia-se administrativamente em 10 Distritos: Niassa, Cabo Delgado, Tete, Moçambique, Zambézia, Beira, Vila Perry, Inhambane, Gaza e Lourenço Marques. Os Distritos eram divididos em Concelhos, que por sua vez se dividiam em Freguesias ou postos administrativos quando não se pudessem criar freguesias. (CECA, 1989, p.43).

Após a Conferência de Bandung em 1955, os movimentos Pan-Africanos, que surgiram após a 1ª Guerra Mundial, que ao longo do tempo foram reclamando a independência dos Países Africanos, ganharam o apoio da URSS e de diversos Países Asiáticos, incentivando assim a procura pela Emancipação. Este apoio e ajuda política fornecida a estes movimentos, tornaram-se a alavanca para a sucessão de independências ocorridas em África. (CECA, 1988, p. 48-50).

Segundo Afonso, A. e Gomes, C (2000), pode-se considerar que os primeiros movimentos independentistas de Moçambique, criados em 1960, são a União Nacional



Africana de Moçambique (MANU) fundada na Tanzânia, a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundada no Malawi e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundada no Bulawayo. Movimentos que se fundiram em 25 de junho de 1962, criando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que começou a sua atividade armada em setembro de 1964.

Em 1960, Portugal vê a ONU a exigir a independência das Províncias Ultramarinas, das quais se inclui Moçambique, culminando com o início dos conflitos Armados em Angola em 1961. E com o início do conflito em Angola, Portugal viu os EUA, um suposto aliado, a apoiar a independência dos Países Africanos. (CECA, 1988, p. 53-58)

3.1.1. Síntese Conclusiva

Com a exponencial emancipação de diversos Países Africanos e a oposição de duas grandes potências (URSS e EUA), além da ONU, Portugal vê os movimentos independentistas a aparecerem e a receberem apoio internacional, quer em armamento como também em preparação militar, vê também as populações das províncias Ultramarinas a serem instigadas contra a sua presença. Culminando assim, com o início do conflito em Moçambique em 1964.

3.2. Militar

A 01 fevereiro de 1963, a Região Militar de Moçambique, possuía um quartel-general situado em Lourenço Marques (atual Maputo) e estava dividido em três comandos territoriais (figura 2). Por sua vez, cada comando territorial dividia-se em sectores de batalhão (EP, 2010) correspondendo, em regra, a um distrito e dispendo de várias unidades tipo companhia (CECA, 1989).

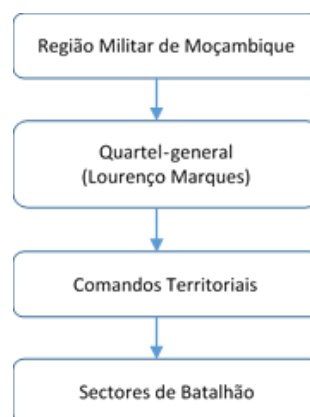


Figura 2 - Ilustração organização militar territorial em Moçambique

Fonte:(CECA,1989)



De modo a que o leitor possa ter uma perceção da dimensão do dispositivo operacional referido a 01 de abril de 1974, Portugal dispunha de 31 comandos de batalhão e de 128 companhias tipo caçadores, o que representa bem o esforço crescente de guerra de Portugal nesta província ultramarina (EME, 1988a; CECA, 1989); não contabilizando as unidades especiais (ex. 01 batalhões de comandos, 81 grupos especiais, 12 grupos especiais de paraquedistas, etc.).

Tabela 1 - Unidades e subunidades de combate a apoio de combate em Moçambique

Unidades e subunidades	Datas									
	01Fev 63	01Mai 64	01Out 64	01Jul 65	01Mai 67	01Mai 68	01Dez 68	06Ju 170	02Ju 173	01Abr 74
Comandos de Agrupamento	1	2	2	3	5	6	6	6	9	12
Comando de Agrupamento de Engenharia	-	-	1	1	1	1	1	1	1	1
Comandos de Batalhão tipo caçadores	11	12	12	13	23	28	28	28	30	31
Comando de Grupo de Artilharia de Campanha	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comando de Batalhão de Comandos	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Comando de Batalhão de Engenharia	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Comando de Batalhão de Transmissões	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Companhias tipo caçadores	46	47	48	51	96	105	105	105	116	128
Esquadrões de Reconhecimento	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Companhias de Comandos	-	-	-	-	3	3	4	5	8	8
Companhia de Morteiros	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Batarias de Artilharia de Campanha	5	5	5	5	5	5	5	7	3	4
Companhias de Polícia Militar	2	2	2	2	3	3	3	3	5	5
Companhias de Engenharia	4	4	5	6	6	6	8	8	9	7
Companhia de Transmissões	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Grupo de Comandos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Pelotões de Reconhecimento	-	-	-	6	6	6	6	6	-	-
Pelotões de Canhões sem Recúo	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2
Pelotões de Artilharia Antiaérea	-	-	-	-	2	2	2	2	2	2
Pelotões de Polícia Militar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Grupos Especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	40	83
Grupos Especiais Paraquedistas	-	-	-	-	-	-	-	10	10	12
Destacamentos de Engenharia	-	-	-	-	-	-	-	2	2	2



Fonte: (CECA, 1989)

A tabela 1 ilustra, detalhadamente, a evolução das unidades e subunidades de combate ao longo do período da guerra de África (Moçambique). Verificamos que, tendencialmente, existe uma evolução quantitativa das unidades apresentadas, com destaque para as companhias tipo caçadores que evoluíram de 46 Unidades, a 01 de fevereiro de 1963, para 128 Unidades, a 01 de abril de 1974 (tabela 1).

Estas companhias surgiram na sequência da diretiva do Estado-Maior do Exército de 12 de outubro de 1959 para a defesa do Ultramar, face à já previsível eclosão de ações de guerra subversiva (Afonso e Gomes, 2000) e diferenciavam-se das Unidades de caçadores tradicionais, na medida em que eram treinadas com a principal finalidade de enfrentar situações específicas que se previam vir a ocorrer no Ultramar (ex. contrassubversão, contraguerrilha). Mais tarde, numa fase subsequente, generalizou-se a instrução de caçadores especiais a todas as Unidades de combate do Exército.

Ainda assim, quando comparados com os batalhões de infantaria, os batalhões de caçadores (BCaç) apresentavam-se mais aligeirados organicamente, em matéria de armamento e efetivos, que os batalhões de infantaria (Afonso e Gomes, 2000). Importa também referir que as Unidades de Caçadores atuaram como unidades de quadrícula, ou seja, tinham atribuída(s) área(s) de responsabilidade (EP, 2010). Esta organização e articulação deveu-se essencialmente à necessidade do Exército em se adaptar às características da guerra de guerrilha, que se desenvolvia em superfície, com adversários dispersos no seio da população.

A presença destas Unidades de quadricula pretendia, acima de tudo, uma maior proximidade com a população autóctone, de modo a conquistar os corações e as mentes da população (ME, 1963), designação que teve origem na guerra do Vietnam (Anderson e Ernst, 2007) e adaptada por Portugal. Esta abordagem tinha como objetivo, não só garantir a segurança da população local, mas também cortar o apoio aos movimentos subversivos, recolher informação e recrutar jovens Moçambicanos a integrar nas Forças Armadas Portuguesas (FFAA) (Garcia, 2003).



Tabela 2 - Militares Nativos das Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África

Data	Angola	Moçambique	Guiné	Total
1961	5,000 (14.9)	3,000 (26.8)	1,000 (21.1)	9,000 (18.2)
1962	11,165 (24.9)	3,000 (25.3)	1,000 (19.7)	15,165 (24.5)
1963	12,870 (27.2)	5,003 (35.1)	1,314 (13.6)	19,187 (26.9)
1964	15,075 (28.7)	7,917 (43.9)	2,321 (15.3)	25,313 (29.5)
1965	15,448 (27.1)	9,701 (42.4)	2,612 (15.1)	27,761 (28.5)
1966	17,297 (31.0)	11,038 (36.1)	1,933 (9.3)	30,268 (28.2)
1967	14,369 (25.0)	11,557 (33.3)	3,229 (14.9)	29,155 (25.6)
1968	20,683 (35.5)	13,898 (38.0)	3,280 (14.4)	37,861 (32.7)
1969	18,663 (33.6)	15,810 (40.4)	3,715 (14.4)	38,188 (31.4)
1970	19,059 (34.5)	16,079 (41.5)	4,268 (16.0)	39,406 (32.6)
1971	25,933 (41.8)	22,710 (51.0)	5,808 (19.9)	54,451 (40.1)
1972	25,461 (42.2)	24,066 (51.5)	5,921 (19.8)	55,448 (40.5)
1973	27,819 (44.4)	27,572 (53.6)	6,425 (20.1)	61,816 (41.4)

Fonte: (EME, 1988b)

Tabela 3 - Militares Portugueses das Forças Armadas Portuguesas nos Teatros de Operações em África

Data	Angola	Moçambique	Guiné	Total
1961	28,477	8,209	3,736	40,422
1962	33,760	8,852	4,070	46,682
1963	34,530	9,243	8,336	52,109
1964	37,418	10,132	12,874	60,424
1965	41,625	13,155	14,640	69,420
1966	38,519	19,550	18,868	76,937
1967	43,051	23,164	18,421	84,636
1968	37,547	22,717	19,559	78,823
1969	36,911	23,286	22,866	83,063
1970	36,174	22,633	22,487	81,294
1971	36,127	21,795	23,402	81,324
1972	34,676	22,657	24,036	81,369
1973	37,773	23,891	25,610	87,274

Fonte: (EME, 1988a)

Analogamente, apenas os Grupos Especiais (GE) tiveram um crescimento tão exponencial e maior expressão em 1973 e 1974 (tabela 2). A criação destes GE teve como objetivo a incorporação de africanos no esforço de guerra de Portugal em Moçambique (Coelho, 2002) e a diminuição de efetivos da metrópole a serem projetados para esse TO (tabela 3).

No âmbito das informações militares a arquitetura estava baseada na organização militar do território, sendo o escalão mais baixo de recolha e análise o batalhão em quadrícula (CECA, 1988, p. 364), utilizando as companhias como órgãos de pesquisa, seguido do setor, comando da região militar e comando-chefe. A disseminação das informações era feita utilizando os relatórios de informações existentes: relatórios imediatos, sumários de informações, relatórios de situações, relatórios periódicos de informações e relatórios de suplementares de informações. Estes relatórios eram



partilhados com os serviços de informações civis e complementados com os relatórios especiais provenientes dos mesmos. No final do conflito, e em virtude da reorganização e reestruturação operada em 1969 da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, dando origem à criação da Direção-Geral de Segurança (DGS) que tinha como missão “a recolha e pesquisa, centralização, coordenação e estudo das informações úteis à segurança”, as informações estavam organizadas num Serviço de Informações Militares, coordenado pela 2ª Repartição do Secretariado Geral da Defesa Nacional, um Serviço de Informações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um Serviço de Informações do Ministério do Ultramar, a DGS, os serviços da Guarda Fiscal e os serviços próprios da GNR e PSP (CECA, 1988, p.369).

3.2.1. Síntese Conclusiva

Em suma, retiramos três breves conclusões: (1) o dispositivo militar nacional e local cresceu exponencialmente ao longo do esforço de guerra (1961-1974); (2) a utilização de forças especiais tiveram uma expressão significativa na luta contra os movimentos subversivos e; (3) no que concerne à aproximação das FFAA portuguesas à população local, a utilização de tropa de quadrícula provou ter um sucesso relativo para aproximar e conquistar os corações e as mentes do povo Moçambicano.

3.3. Economia

Portugal sempre reconheceu a sua importância estratégica de Moçambique, em parte porque, Moçambique detém uma grande influência para o oceano Índico. É através dos seus portos, em sinergia com as infraestruturas terrestres (ex. caminhos de ferro), que o *hinterland* (CECA, 1989) era servido. Esta sinergia sempre potenciou a atividade económica com os países limítrofes. Infere-se, portanto, que os serviços de transporte, ao conectarem a costa e os países vizinhos assumiam uma importância estratégica na atividade económica do país (CECA, 1989; Griffiths,1993; Lamy-Giner, 2009).

Durante a guerra de África (1961-1974) a indústria desenvolveu-se, essencialmente no que concerne ao setor primário (CECA, 1989), porque, a natureza dos solos e subsolos, em conjugação com o clima, favoreceram e capacitaram o território com uma ampla gama de produtos agrícolas e minérios que lhe permitiram satisfazer as solicitações do mercado internacional, favorecendo as exportações (CECA, 1989). Adicionalmente, tratando-se de um território em vias de desenvolvimento, a sua indústria não estava capaz de satisfazer as necessidades internas, tendo que recorrer às importações e, de acordo com a CECA (1989),



este valor superava as exportações desde 1956 a 1969, sendo a balança comercial tendencialmente negativa. Todavia, a dicotomia entre as importações e o saldo positivo no turismo (serviços), transportes e transferências privadas mitigavam o saldo negativo da balança comercial (CECA, 1989).

Contrariamente à perspectiva do Exército Português à data, que emanou uma série de volumes históricos (pós-guerra), também conhecidos por Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, o Departamento de Estado Norte Americano publica um volume com uma visão diferente.

Desta forma, o *Bureau of Public Affairs* destaca que durante a era colonial, nenhuma infraestrutura foi construída para a prestação de serviços de saúde e educação, a economia foi orientada para a prestação de serviços à população europeia e a industrialização abrandou (BPA, 1985). Acrescentando a este facto, muitos europeus fugiram quando a independência foi declarada, e o país teve que enfrentar os seus problemas económicos com uma força de trabalho pouco qualificada o que arrastou a recessão durante um largo período de tempo, tendência que tem vindo a mudar no pós-independência (Mittelman, 1979).

Embora possamos encontrar diferentes perspetivas, no que concerne à situação económica de Moçambique, existem visões unânimes na medida em que Moçambique detém uma riqueza considerável ao nível dos seus recursos naturais. Estes recursos naturais centram-se, sobretudo, na atividade agrícola e pesqueira (Embaixada de Moçambique, 2012; Governo de Moçambique, 2015). Após a independência, Moçambique iniciou um programa para promover a sua atividade industrial com base nos recursos naturais, de modo a favorecer as trocas comerciais com o exterior, fomentar o emprego e o rendimento disponível.

3.3.1. Síntese Conclusiva

Os dados recolhidos demonstram que não existe consenso nos vários autores observados devendo esta dimensão ser alvo de pesquisa mais detalhada.

3.4. Social

Moçambique, no início do conflito, apresentava uma esperança média de vida de 46,4 anos, que sendo uma das maiores do Continente Africano, demonstrava a baixa qualidade de vida, em comparação com a grande maioria dos Países Europeus.



A sua população era muito jovem, com cerca de 64% da população a ter menos de 29 anos, sendo que, quase 98% da população era de cor negra e 0.5% mista. (Ribeiro, *et al.*, 2004, p.96-97).

A população de Moçambique, de acordo com o censo de 1960, era estimada em 6.518.000 habitantes, e que desse número de habitantes somente cerca de 153.000 não eram nativos. Em 1970, de acordo com o censo, a população aumentou para 8.233.034 habitantes, representando assim um acréscimo de 1.740.000 habitantes em relação ao censo de 1960. (Cipriano, 2010, p.6).

Os distritos com maior número de habitantes eram os de Zambézia (1.747.900h e com 17h/Km²) e Moçambique (1.716.500h e com 22h/Km²), que em conjunto atingem quase metade da população de Moçambique. No oposto os distritos com menos população eram os de Tete (488.700h e com 5h/Km²), Cabo Delgado (346.100h) e Niassa (285.300h e com 2h/Km²) (tabela 4). De referir que, o distrito de Lourenço Marques era o mais densamente povoado (34h/km²) e que era na faixa costeira que se apresentavam as maiores densidades populacionais. A maioria da comunidade estrangeira concentrava-se no distrito de Lourenço Marques, com aproximadamente 50% do seu total. (CECA, 1989, p.27).

Tabela 4 – Distribuição da População de Moçambique

DISTRITOS	CAPITAIS	POPULAÇÃO	
		Sede -Cidade	Concelho
L.MARQUES	Lourenço Marques	101.754	378.348
GAZA	João Belo	5.234	756.654
INHAMBANE	Inhambane	4.975	748.575
BEIRA	Beira	46.293	130.398
VILA PERY	Vila Pery	4.507	113.510
TETE	Tete	4.549	488.668
ZAMBÉZIA	Quelimane	10.522	183.609
MOÇAMBIQUE	Nampula	23.072	124.156
C.DELGADO	Porto Amélia	3.639	76.947
NIASSA	Vila Cabral	3.011	57.746

Fonte: (CECA, 1989)

Moçambique vivia em contexto tribal e apresentava uma grande diversidade étnica, do qual se destacam 10 grandes grupos, que por sua vez se dividem em subgrupos (figura 3):

- Os Marave, na região de Tete e de Milange -Tacuane e uma faixa da margem leste do lago Niassa, do distrito de Niassa, (com dois subgrupos e 13 tribos);
- Os Macua-Lomué, na região entre os rios Lugenda e a Linha Morrumbala - Quelimane (com dois subgrupos e 17 tribos);
- Os Suahili, ao longo da faixa litoral, aproximadamente desde o Rovuma até António Enes;



- Os Ajáua a norte do rio Lugenda;
- Os Chona, nas regiões de Manica e Sofala (com um subgrupo e 15 tribos);
- Os Maconde, a norte do rio Massalo e a leste de Ngomono (com 5 tribos);
- Os Tonga, a sul do rio Save (com 11 tribos);
- Os Angune, etnia com pequenos núcleos dispersos pelo distrito de Lourenço Marques, zona de João Belo, distritos de Niassa, Tete, e Cabo Delgado (com 8 tribos);
- Os Povos do Baixo do Zambeze, nas margens do rio Zambeze em toda a extensão, no interior do território de Moçambique (com 12 tribos).
- Os Chope, na região de Inhambane (com 3 tribos).

Muitas destas etnias estavam separadas pelas fronteiras com outros Países, como a Tanzânia (os Maconde, os Ajáua, os Macua e os Suáílis), o Malawi (os Ajáua), a Zâmbia (os Marave), o Zimbabwe (os Chonas), com a África do Sul e a Suazilândia (Os Tongas e os Angune). (Ribeiro, *et al.*, 2004, p.99-100).

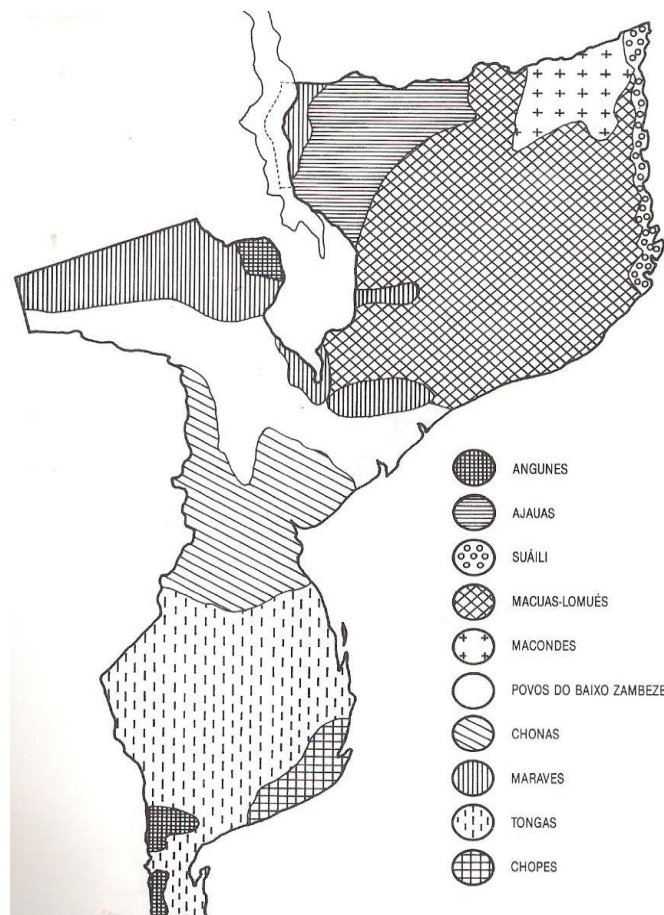




Figura 3 – Distribuição Geográfica da População de Moçambique

Fonte: (CECA, 1989)

Além da grande diversidade de grupos étnicos, Moçambique apresenta também, além do português, uma grande variedade de agrupamentos linguísticos, a considerar: o Macúia e o Shona (os maiores agrupamentos), o Suaíli, Maconde, Chuabo, Nianja, Senga, Tauara, Tsua, Thonga, Ronga, Chope, Tonga e o Suazi. De referir que, os grandes grupos linguísticos se dividem em subgrupos e por sua vez em dialetos. Apesar de grande parte da população não falar português, esta representa a ligação de entendimento entre os diversos povos Moçambicanos. (CECA, 1989, p.28)

As religiões mais representativas eram a Religião Tradicional Africana (31.9%), o Catolicismo (24.1%), Protestantismo (21.5%) e o Islamismo (19.7%). Sendo que o Protestantismo é mais predominante a sul, a Igreja Católica ao centro e o islamismo a norte, contudo apenas a Igreja Católica apresenta uma organização a todo o território. (Ribeiro, *et al.*, 2004, p.100-102).

3.4.1. Síntese Conclusiva

Moçambique apresentava uma grande diversidade étnica e linguística. Existindo etnias que se encontravam divididas por fronteiras com outros Países, facilitando assim o aparecimento de movimentos independentistas e permitindo que estes recebessem apoios internacionais políticos, militar como também em armamento. Possibilitando, também que tivessem a sua base no exterior de Moçambique e operando no seu interior.

3.5. Infraestruturas

Em 1964 a província ultramarina de Moçambique dispunha de infraestruturas desenvolvidas essencialmente para garantir o acesso ao mar dos produtos comerciais provenientes do interior do continente africano.

Segundo Coelho (1973) as rotas comerciais desenvolvidas resultavam de uma combinação dos três principais portos e de três corredores ferroviários, ligando Lourenço Marques à República da África do Sul, a Beira à Ródesia e Nacala ao Malawi.

Importa referir que o traçado dos caminhos-de-ferro foi condicionado pela orografia e hidrografia de Moçambique, desenvolvendo-se, de um modo geral, no sentido Este-Oeste para evitar os obstáculos naturais existentes (CECA, 2008, p.43). Em 1965 a extensão dos caminhos de ferro era na ordem dos 3513 km (Coelho, 1973, p.160).



A ligação Sul-Norte era essencialmente explorada por via marítima aproveitando uma rede de portos de cabotagem (Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Ilha de Moçambique, Quelimane e Inhambane) entre os portos principais (CECA, 2008, p. 43).

Complementado o acesso terrestre a todo o território as restantes vias de comunicação assentavam numa rede estradal com uma extensão de 26000 km, sendo que apenas 3500 km eram asfaltados (CECA, 2008, p.44).

No que concerne à utilização das vias aéreas Moçambique estava servido de dois aeródromos internacionais, Lourenço Marques e Beira, conjugados com uma distribuição de aeródromos para aeronaves de pequenas dimensões nos centros populacionais mais significativos (Lumbo, Mueda, Marrupa, Nacala, Nampula, Nova Freixo, Quelimane, Tete, Vila Cabral e Vila Perry) (CECA, 2008, p.44).

3.5.1. Síntese Conclusiva

Considerando as infraestruturas apresentadas pode-se afirmar que, à data de início do conflito, a projeção de uma força militar para Moçambique e a sustentação logística de operações militares não eram afetadas em virtude da conjugação dos portos de grandes dimensões e aeroportos/aeródromos com a estrutura ferroviária, bem como de uma rede estradal adequada à condução de operações militares.

3.6. Informacional

No que concerne à informação pública, no início do conflito, os meios de comunicação social existentes tinham fraca capacidade para influenciar as populações. A imprensa, essencialmente à base de jornais periódicos, que replicava a informação dos jornais da metrópole, concentrava a sua atividade nos centros populacionais e o grupo alvo da mesma resumia-se na sua maioria à população de origem europeia, em virtude do elevado nível de analfabetismo da população nativa. A rádio, por outro lado, chegava a todo o território sendo um meio mais fácil para veicular a informação e influenciar as populações. (Torres, 2016, p.12)

A utilização dos meios de comunicação social como meio para ação psicológica foi explorada de forma diferente pelos contendores.

A FRELIMO, em 1966, cria o Departamento de Informação e Propaganda, que tinha como tarefa principal mobilizar os guerrilheiros e todo o povo moçambicano para a luta independentista, fazendo uso dos meios de comunicação social disponíveis – imprensa e rádio (Nakatambo, 2009, p.2). Importa referir que a FRELIMO produzia boletins



informativos para influenciar os moçambicanos, como é exemplo o boletim informativo a Voz da Revolução, e a comunidade internacional, através do boletim informativo *Mozambique Revolution*, ambos produzidos na Tanzânia. No que diz respeito à utilização da rádio, foi difundida a partir da Tanzânia, a produção Voz Da Frelimo. O corolário comunicacional da Frelimo dá-se com a criação do histórico Jornal 25 de Setembro devido à importância que a data representa (Nakatempo, 2009, p.5).

As forças portuguesas, por outro lado, fruto da experiência obtida no teatro de operações de Angola, dispunham no início do conflito de um plano para a campanha de ação psicológica assente em equipas militares e civis implantadas em todo o território, tendo sido criadas, em 1964, as Repartições e Seções de Ação Psicológica e difundida a Diretiva Inicial de Ação Psicológica (CECA, 1988, p.387). A utilização dos meios de comunicação social foi residual durante todo o conflito sendo apenas expressa através da utilização da televisão para difundir as mensagens dos soldados portugueses por altura do Natal e Ano Novo (CECA, 1988, p.390).

3.6.1. Síntese Conclusiva

Face ao referido importa realçar que a informação pública não teve grande impacto nas operações militares, considerando que a imprensa e rádio existentes no território não foram utilizadas pelos portugueses para influenciar a população (Afonso, A. e Gomes, C. M., 2016, p.45) e que a utilização dos meios de comunicação social pela FRELIMO estava dependente de apoios externos levando à criação de órgãos específicos para veicular a sua mensagem, mas com dificuldades de penetração em todo o território.

3.7. Ambiente Físico

3.7.1. Enquadramento geográfico em 1964

Localizada no sudeste do Continente Africano, a então colónia ultramarina de Moçambique encontrava-se enquadrada a norte pela Tanzânia, Malawi e Zâmbia, a oeste pela Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e República da África do Sul, a sul pela Suazilândia e República da África do Sul e a este pelo Oceano Indico.



Figura 4 - Extrato do Mapa de Portugal Insular e Ultramarino

Fonte: (Editora Educação Nacional, Porto)

No que respeita às dimensões de Moçambique as mesmas permaneceram inalteradas até aos dias de hoje. Apresentando uma área total de 799,380 km², Moçambique apresenta a maior distância linear no sentido N-S com 1.965 km, desde a embocadura do Rio Rovuma até à Ponta do Ouro (CECA, 1989, p.17).

3.7.2. Orografia (Relevo)

Em termos orográficos Moçambique apresenta uma plataforma continental na qual é possível observar diferenças hipsométricas consideráveis que se traduzem em zonas montanhosas (13%), planaltos (43%) e planícies e vales (44%), caracterizada por declives que se atenuam de Oeste para Este até à faixa costeira (CECA, 1989, p.18).

As zonas montanhosas, com altitudes acima dos 1,000 metros, aparecem dispersas ao longo do território, em especial nas regiões de Manica, Gorongosa, Macanga, Angónia, Vila Junqueiro, Vila Cabral, Maniamba e Cóbue. Destacam-se como as elevações mais altas o Monte Binga, com 2,463 metros, na região de Cóbue e o Monte Namúli, com 2,419 metros, na região de Gurué (Penvenne, 2016).

Os planaltos existentes, predominantemente no centro e Norte, podem ser classificados em zonas de planalto médio, com altitudes entre os 200 e 600 metros, e altiplanaltos, com altitudes entre os 600 e os 1,000 metros. Os planaltos mais significativos são os planaltos dos Maconde, de Nampula, Cheringoma, Maringué, Machase e o sopé dos Limbombos. No que diz respeito aos altiplanaltos destacam-se, no Sul, o altiplanalto dos



Grandes Limbobos e, no Norte, os altiplanaltos de Manica, Vila Gouveia, Mungari, Malema, Milange, Mandimba e Marrupa (CECA,1989, p.18).

As províncias do Sul, até ao Rio Save, são caracterizadas por planícies e vales em que as altitudes médias rondam os 200 metros, apresentando declives pouco pronunciados descendo de Oeste para Este em direção à costa. (Penvenne, 2016).

3.7.3. Hidrografia

A hidrografia de Moçambique decorre do relevo já referido, sendo que na sua maioria os rios existentes correm de Oeste para Este, desaguardo no Oceano Indico. Outra característica importante é que na generalidade os rios existentes não são navegáveis, podendo apenas algumas embarcações de pequeno calado fazer parte da travessia (CECA,1989, p.18).

No Sul a bacia hidrográfica é pouco pronunciada resultando de declives pouco acentuados, ao passo que, no Centro e Norte a existência de rios é bastante superior (INGC, 2009, p.3).

Dos rios existentes, destacam-se, entre outros, o Rio Rovuma, que se constitui como parte da fronteira com a Tanzânia, o Rio Zambezi, que corre de Oeste para Este, no centro de Moçambique, e desagua na região de Chinde, e o Rio Maputo, que se constitui como parte da fronteira com a Suazilândia e a Republica da África do Sul (Penvenne, 2016).

Importa ainda referir que existem alguns lagos de dimensões consideráveis nomeadamente o Lago Niassa, que ocupa uma área total de 36,800 m², Chirua e Chiuta.

3.7.4. Flora e Fauna

A flora é dominada por estepes com gramíneas e arvores de pequeno porte, alternando com zona de floresta densa.

Relacionando o relevo com a flora pode-se observar que nas zonas de planícies e vales do Sul, onde a pluviosidade é escassa, predomina a estepe com plantas espinhosas e pequenas manchas de floresta xerófila. Nos planaltos do Norte a flora é caracterizada por florestas abertas, do tipo xerófilo, com savana e estepes, ao passo que, nos planaltos do Sul é composta por florestas pouco densas e árvores de pequeno porte. As zonas montanhosas apresentam florestas higrófilas acima dos 2,000 metros (CECA, 1989, p. 19).

A Fauna é diversificada podendo ser observadas manadas de elefantes, búfalos, felinos, girafas, hipopótamos, rinocerontes, entre outros.



3.7.5. Natureza do solo

O solo é de um modo geral composto de formações graníticas no Noroeste e Oeste e no Sul e Este por solos de natureza sedimentar. No Norte os solos são mais férteis devido a uma maior incidência da pluviosidade, da existência de uma maior bacia hidrográfica e por serem constituídos por argila vermelha. (CECA, 1989, p.20)

3.7.6. Clima

O clima é afetado a Norte pela frente intertropical, característica da zona equatorial, e pela posição do anticiclone do Indico a Sul, provocando em regra chuvas fracas e céu limpo.

As estações são caracterizadas por uma estação pluviosa e quente – época das monções, de outubro a abril, e uma estação seca e de temperaturas amenas nos outros meses (Penvenne, 2016).

A época das monções tem mais influência no Nordeste do território, sendo que no Sul esta influência é menor em virtude da barreira marítima provocada pelas Ilhas de Madagáscar, Seychelles e Cômoros. O clima apresenta-se assim de um modo geral sazonal e tropical, excetuando-se as regiões de planalto a Noroeste e Oeste em que a altitude altera a humidade no ar e as temperaturas.

As temperaturas médias são na ordem dos 20° no Sul, enquanto a Norte esse indicador ronda os 30°. As temperaturas mais elevadas verificam-se na época das chuvas e as mais baixas entre junho e julho (Penvenne, 2016)

A conjugação do clima com a hidrografia provocou alguns desastres naturais, tendo sido registados no período de 1964 a 1975 três cheias que se fizeram sentir com maior impacto nas regiões centrais, seguidas das regiões Sul e Norte (INGC, 2009, p.3).

3.7.7. Síntese conclusiva

No que concerne ao ambiente físico as forças portuguesas eram conhecedoras do mesmo, considerando a ocupação do território desde o séc. XVIII, pelo que as dificuldades que efetivamente se fizeram sentir dizem respeito ao clima, atendendo às diferenças entre o clima temperado de Portugal e o clima tropical de Moçambique, que se repercutiu na dimensão humana, mais propriamente nas tropas enviadas para o teatro de operações, em que o processo de aclimação se traduzia, naturalmente, em maior fadiga e, conseqüentemente, na eficiência das forças para o desempenho das missões e também na dificuldade em controlar um território com uma dimensão cerca de 8 vezes maior que Portugal.



4. Forças Opositoras no Teatro de Operações de Moçambique entre 1964 a 1975

Durante o período colonialista português em Moçambique, Portugal enfrentou vários grupos nacionalistas críticos da presença portuguesa, pese embora nunca tenham sido reconhecidos como tal pela “metrópole”. Mais tarde, vários destes grupos, constituídos primariamente por uma minoria de cidadãos moçambicanos residentes em urbes e em países limítrofes (Ribeiro, et al., 2004), originaram organizações como a FRELIMO e o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), destacando-se estes dois sobretudo pelas suas ações subversivas e violentas.

Ao contrário da FRELIMO, cuja caracterização será detalhada nos parágrafos seguintes, o COREMO iniciou, em fins de 1965, a partir da sua base na Zâmbia, ações subversivas no Nordeste do distrito de Tete, ações que se prolongaram para 1966 e 1967, mas que praticamente desapareceram em 1968 (CECA, 2012, p.228).

4.1. FRELIMO

De todos os movimentos emancipalistas de Moçambique, foi a FRELIMO aquela que mais influenciou a evolução da situação político militar naquele território e que culminou com a sua independência em 1975. (CECA, 2012, p.234).

4.1.1. Origem

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi criada em Dar es-Salaam, capital da vizinha Tanzânia, em 25 de junho de 1962, e resultou da fusão de três grupos étnico nacionalistas: a União Democrática Nacional de Moçambique (UNDENAMO), criada em 1960, na Rodésia do Sul, a *Mozambican African National Union* (MANU), que surgiu em 1961 na Tanzânia, e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI), constituída por um pequeno grupo de emigrados na Zâmbia.

Estes três grupos, muito distintos entre si, só foram unificados com o apoio da Tanzânia após a chegada a Dar es-Salam de quadros moçambicanos oriundos de Sul, o que permitiu formar uma direção política presidida por Eduardo Mondlane (Gomes, 2002, p.35).

No I Congresso da FRELIMO, realizado entre 23 e 28 de setembro de 1962, ficou definida como principal tarefa o estabelecimento de uma plataforma de unidade de todos os moçambicanos na luta contra o colonialismo português até à independência nacional. (Souto, 2007, p. 205). Embora tenham sido desenvolvidas ações no sentido de apelar ao diálogo com Portugal, a luta armada tornou-se necessária e até a única saída.

4.1.2. Organização



Segundo fontes da própria FRELIMO, em 25 de setembro de 1964 o movimento dispunha de apenas 250 homens armados, equipados (Afonso & Gomes, 2000, p. 168) e que teriam sido treinados na Argélia, Moscovo e Nanquim. Este número aumentou muito rapidamente, sendo que em 1965 foram organizadas as primeiras companhias e em 1966 eram constituídos batalhões. Estas unidades constituídas eram apoiadas por milicianos e, em conjunto, constituíam as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). (Gomes, 2002, p.38).

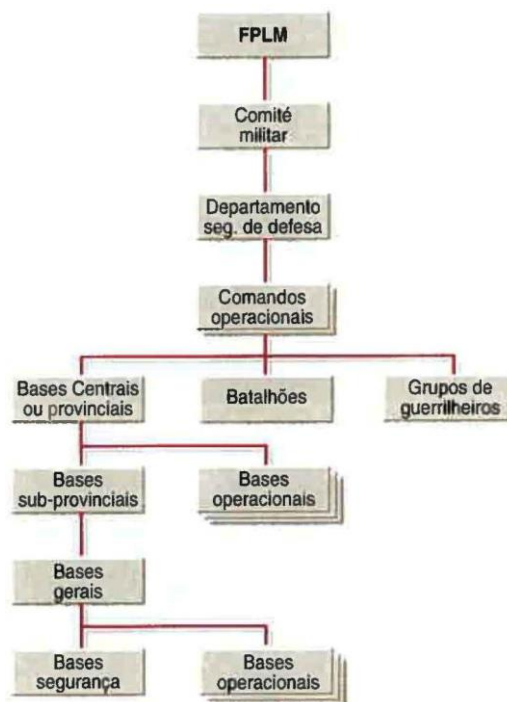


Figura 5 - Organização da FRELIMO

Fonte: (Afonso & Gomes, 2000)

Em 1966 as FPLM dispunham já de um quartel-general, com a designação de Conselho Nacional de Comando, que se encontrava organizado em várias secções (operações, recrutamento, treino, abastecimentos, reconhecimento, informações, publicações militares, administração, finanças, saúde, comissariado político, pessoal e segurança militar). (Gomes, 2002 p.38)

A organização militar da FRELIMO compreendia três níveis: estado-maior; bases e acampamentos; unidades e grupos. (Afonso & Gomes, 2000, p. 169)

As bases da FRELIMO estavam organizadas e hierarquizadas, como é apresentado na figura 5 (Afonso & Gomes, 2000, p. 170). Eram constituídas por comando e estado-



maior, um grupo de comando, e por um número variável de unidades ou grupos de guerrilheiros.

4.1.3. Armamento

Tabela 5 - Armamento da FRELIMO

Algumas das armas mais utilizadas pela FRELIMO		
Armas individuais	Armas coletivas	Minas e Comunicações
Pistola Tula Tokaerev (utilizadas pelos comandantes. - Mosin Nagant (de repetição) - Siminov (semi-automática) Pistola Metralhadora: PPSH (costureirinha) Shaping25 Granadas de mãoF-1 (ofensiva) e RGH-5 (defensiva)	Metralhadoras Degtyarev Borsing M52 Metralhadora pesada Degtyarev 12,7mm, utilizada como suporte antiaéreo ou em tripé para tiro terrestre. Canhões SR de 7,5cm e de 82mm Trasnice. Lança-granadas foguete (LGF) RPG-2 e RPG-7 Morteiros de 60mm e de 82mm.	Minas anti-pessoal "Viúva Negra" PMD-6, POMZ-2 Minas anti-carro TM-46, TMA-1 e TMD- B. A FRELIMO dispunha ainda de material de comunicações por fio (telefone) em algumas bases e rádios, que permitiam comunicar entre o comando na Tanzânia e as bases mais importantes no interior.

Fonte:(Gomes, 2002)

No início do conflito, o armamento utilizado pelos elementos da guerrilha da FRELIMO era de muito fraca qualidade, armas de repetição Mauser e Enfield, pistolas-metralhadoras MAT 49, canhangulos e armas de caça, mas sofreu uma evolução muito rápida, resultado do apoio prestado por países como URSS e a China como principais aliados, passando a dispor de armamento similares a estes exércitos embora de modelos mais antigos como é apresentado na tabela 5. (Gomes, 2002, p.41).

4.1.4. Atuação

As ações da FRELIMO contra as forças portuguesas começaram a ter mais expressão a partir de 1964. Estas ações começaram por ter incidência, nos primeiros anos de conflito, nas regiões de Cabo Delgado e Niassa, estendendo-se mais tarde também à região de Tete, podendo ser caracterizadas, nesta primeira fase do conflito, por ataques a instalações portuguesas de pequenos grupos de guerrilheiros (cerca de 10 a 15 homens) utilizando normalmente armamento ligeiro (Felgas, 1966, p. 35).

A FRELIMO contava, nesta fase, com a vantagem de dispor de apoio logístico por parte das populações locais, que garantiam apoio alimentar e de informações. Os guerrilheiros da FRELIMO eram capazes de vigiar, perseguir e fugir empregando técnicas de guerrilha convencional, levando a cabo emboscadas a patrulhas, sabotando linhas de comunicações e caminhos-de-ferro para depois desaparecerem por entre a vegetação (Felgas, 1966, p. 32).

“É de salientar a utilização em larga escala da ação psicológica apoiando-se, particularmente, nas emissões da Tanzânia, Zâmbia, rádio Moscovo e outros, além dos contactos



directos com as populações. Verificou-se um terrorismo sistemático sobre as populações nativas e também o selectivo, com rapto ou eliminação de chefes tribais para, posteriormente, controlar as populações e em acções sobre civis isolados europeus e nativos, procurando criar o desequilíbrio psicológico das populações.” (CECA, 2012, p.305).

A partir de 1967 a FRELIMO passou a empregar em ações de fogo, nomeadamente emboscadas, efetivos cada vez maiores, chegando a utilizar, em Cabo Delgado, grupos de 60 a 100 elementos. Paralelamente, o emprego de minas e utilização de foinhos, colocadas nos itinerários, passou a ser frequente, sendo utilizadas em cerca de metade das ações levadas a cabo. (Afonso & Gomes, 2000, p. 173)

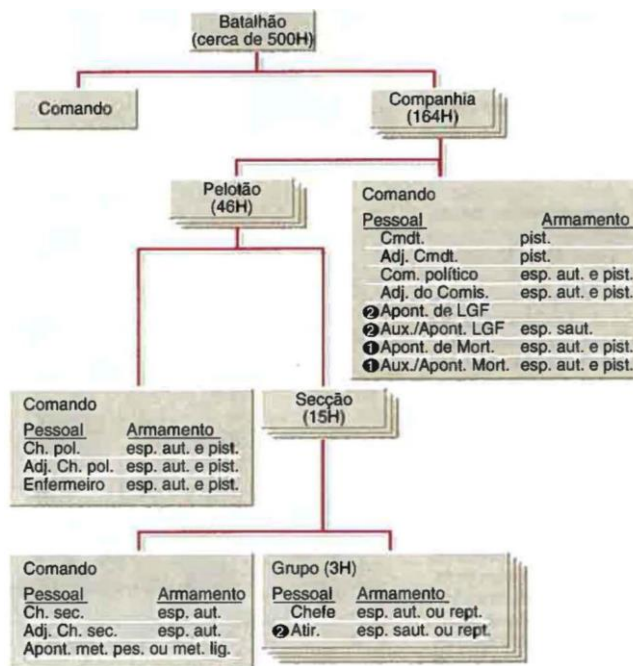


Figura 6 - Organização de Batalhão da FRELIMO

Fonte: (Afonso & Gomes, 2000)

Durante todo o período de 1970 a 1974, a FRELIMO intensificou as suas operações de guerrilha.

“Continuou a guerra do movimento, ou seja, baseada em retiradas estratégicas e na não manutenção de posições no



terreno, na ausência de condições para se confrontar com o exército colonial.” (Souto, 2007, p. 215)

Ainda segundo a mesma autora, era utilizada a tática do cerco e movimento torneante, escolhendo posições no terreno e atacando as forças portuguesas em marcha. A orientação estipulava a dispersão da FRELIMO de maneira a não deixar rasto e a tirar vantagem do rasto deixado pelas forças coloniais.

“As atividades principais da guerrilha foram a sabotagem com o objetivo de imobilizar o inimigo, quebrar-lhe a iniciativa e desmoralizá-lo, cortar-lhe as comunicações e provocar baixas.” (Souto, 2007, p. 215)

Inicialmente o esforço principal foi exercido em Cabo Delgado e Niassa, mas a partir de 1970 devido à construção do empreendimento hidroelétrico de Cahora Bassa passou a ser exercido em Tete. No Niassa a FRELIMO procurava, apenas, manter o empenhamento das forças portuguesas de forma a não poderem ser utilizadas noutras áreas do Teatro de Operações. (CECA, 2012, p.304).

Em 1974, as ações da FRELIMO continuavam a incidir em emboscadas e na colocação de minas em itinerários contra unidades em operações e colunas de reabastecimento. Ainda assim, os guerrilheiros conseguiram atacar Tete, Mocímboa da Praia e Palma e os quartelamentos em Mueda e Vila Gamito com foguetões 122 mm, tendo-se também verificado o ataque a aviões da FAP com foguetões SA-7Grail (Strella), bem como o incremento da utilização de Metralhadoras Antiaéreas Pesadas. (CECA, 2012, p.305).

4.2. Síntese conclusiva

Com o desenrolar do conflito, a FRELIMO intensificou a sua atividade e ações, essencialmente devido a dois fatores: em primeiro lugar, pela rápida evolução quer dos efetivos disponíveis, quer da sua organização política e estrutura militar; em segundo lugar, com o avançar do conflito a FRELIMO passou a dispor de armamento e equipamento mais moderno, graças ao apoio de países estrangeiros como a Rússia e a China, ao passo que as forças portuguesas mantinham o mesmo material e equipamento desgastado pelo conflito e o mesmo *modus operandis*.



No que respeita ao modo de emprego e principais atividades desenvolvidas pela FRELIMO ao longo dos vários anos de conflito, foram essencialmente operações de guerrilha, com especial enfoque em operações de sabotagem e emboscadas com o objetivo de imobilizar o inimigo, quebrar-lhe a iniciativa e desmoralizá-lo, bem como o corte das comunicações e provocar baixas.



Conclusões

Este trabalho de pesquisa histórico permitiu observar o conflito que decorreu no teatro de operações de Moçambique entre 1964 a 1975 à luz da heurística de análise utilizada pela doutrina militar atualmente aplicada no Exército Português.

Neste âmbito a investigação realizada não pretendeu criar novas linhas históricas que contraponham com novos factos ou levantem hipóteses sobre o conflito Moçambicano. Este documento ambiciona ser um repositório organizado com qualidade académica de um corpo de conhecimentos produzidos sobre o objeto de estudo e fácil utilização para futuros trabalhos de investigação.

Assim, da análise, à luz das variáveis operacionais, pode-se concluir que: (1) com a exponencial emancipação de diversos Países Africanos e a oposição de duas grandes potências (URSS e EUA), além da ONU, Portugal vê os movimentos independentistas a aparecerem e a receberem apoio internacional, quer em armamento como também em preparação militar, vê também as populações das províncias Ultramarinas a serem instigadas contra a sua presença; (2) a aproximação das FFAA portuguesas à população local, a utilização de tropa de quadrícula provou ter um sucesso relativo para aproximar e conquistar os corações e as mentes do povo Moçambicano; (3) a dimensão económica do teatro deve ser alvo de uma pesquisa mais detalhada (4) Moçambique apresentava uma grande diversidade étnica e linguística existindo etnias que se encontravam divididas por fronteiras com outros Países, facilitando assim o aparecimento de movimentos independentistas e permitindo que estes recebessem apoio político e militar; (5) as infraestruturas existentes permitiram garantir um fluxo ininterrupto à sustentação logística e à projeção em segurança de forças militares; (6) a informação pública não teve grande impacto nas operações militares, em parte pela não utilização das forças portuguesas e também pela dificuldade de penetração de órgãos de comunicação social externos utilizados pela FRELIMO; (7) relativamente ao ambiente físico as forças portuguesas foram afetadas pelo processo de aclimação, traduzindo-se em maior fadiga e menor eficiência das forças para o desempenho das missões e pela dimensão do território sendo de difícil controlo face aos efetivos empenhados.

O Estado Português após a perda da sua província no subcontinente Indiano empreendeu um conjunto de medidas que pretendiam ajustar as suas capacidades políticas, económicas e de segurança aos ventos internacionais de mudança que sopravam em favor dos movimentos anticolonialistas.



Este ajustamento permitiu às forças Portuguesas obterem várias vitórias ao nível tático e sustentarem três conflitos de natureza subversiva ao longo de mais do que uma década. No entanto as fraturas no plano social e económico de Moçambique foram facilmente exploradas pelos movimentos insurgentes e que conjugado com o apoio internacional que recebiam dos países vizinhos permitiu que a FRELIMO se tornasse num movimento com ambições de controlar progressivamente todo o território moçambicano.

A natureza subversiva do conflito em Moçambique reduziu a importância dos sucessos táticos obtidos pelas forças militares portuguesas que combatiam no teatro pois a sua ação não permitiu atuar sobre o *casus belli* do conflito que animava os movimentos subversivos.

A opção política que o regime do Estado Novo tomou definiu o resultado das guerras de África mesmo antes de ser disparado o primeiro tiro.



Bibliografia

- Afonso, A. (2009). *Guerra Colonial – Uma Aliança Escondida*. Boletim IAEM N°124.
- Afonso, A. e Gomes, C. M. (2000). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A. e Gomes, C. M. (2010). *Os Anos da Guerra Colonial 1961-1975*. Lisboa: QuidNovi.
- Afonso, A. e Gomes, C. M. (2016). *A conquista das almas*. Lisboa: Tinta da China
- Almeida, M. (2007). *A Espiral Descontínua: Contributos para a caracterização de estudantes oriundos dos PALOP numa instituição total portuguesa de carácter militar*. Lisboa: Universidade Lusofona
- Al-Rodhan, N. (2012). *Meta-Geopolitics of Outer Space – An analysis of Space, Security and Governance*. London: Palgrave Macmillan
- Anderson, D. e Ernst, J. (2007). *The War that Never Ends: New Perspectives on the Vietnam War*. West Virginia: University Press of Kentucky, pp. 1-369
- Bonaparte, N. (2003). *Como fazer a Guerra*. Lisboa: Sílabo
- Bureau of Public Affairs (1985). *Mozambique*. Department of State: United States of America, Background notes series. pp. 1-7.
- Cipriano, L. (2010). *A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos e interesses na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974)*. Lisboa, Academia Militar.
- Clausewitz, C. (2003). *Princípios da Guerra*. Lisboa: Sílabo
- Coelho, C. (1983). *Elementos estatísticos : Moçambique 1. Território e população*. In: Finisterra.- vol. 18 n° 36.- (1983), p. 145-165.
- Coelho, J. (2002). *African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guínea-Bissau and Mozambique*, Portuguese Studies Review, 10 (1), pp. 129-150.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - I Enquadramento Geral. 2ª Ed.* Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - II Dispositivo das Nossas Forças. 2ª Ed.* Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1989). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - IV Dispositivo das Nossas Forças Moçambique*. Lisboa: Exército Português



- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1990). *Subsídio para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*. Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1998). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) - VI Aspectos da Actividade Operacional*. Lisboa: Exército Português.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (2012). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974) – 6º Volume. Aspectos da Actividade Operacional. Livro I. 1ª Ed.* Lisboa: Exército Português
- Embaixada de Moçambique (2012). Rico em Recursos Naturais. http://embassyofmozambique.be/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=197&lang=pt [acedido em 14 de junho de 2016]
- Estado-Maior do Exército (1988a). *Tropas Metropolitanas nos Teatros de Operações Africanos*. I:260.
- Estado-Maior do Exército (1988b). *Tropas Locais Recrutadas nos Teatros de Operações Africanos (% total das tropas)*. I:261.
- Exército Português (2010). *História*. Disponível em: <http://www.exercito.pt/EP/Paginas/historial/36.aspx> [acedido em 06 de junho de 2016].
- Exército Português (2010). *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 02-09-00 ESTUDO DO ESPAÇO DE BATALHA PELAS INFORMAÇÕES*. s.l.: Exército Português.
- Exército Português (2012). *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 OPERAÇÕES*. s.l.: Exército Português.
- Felgas, H. (1966). *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique. Influência Externa*. Lisboa: Tipografia do L. C. G. G.
- Garcia, P. (2003). *Contributos para emprego do Batalhão de Infantaria na luta contra-subversiva actual*. Lisboa: Revista Militar. p. 515-555.
- Giap, V. N. (2005). *Manual de Estratégia Subversiva*. Lisboa: Sílabo
- Gomes, C. M. (2002). *Moçambique 1970- Operação Nó Górdio*. Lisboa: Tribuna da História
- Governo de Moçambique (2015). Informação geral. Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Informacao-Geral>. Acedido em 14 de junho de 2016].



- Griffiths, D. (1993). *Area survey: South Africa. Port Development International*, 9 (7-8), pp. 27-39.
- Headquarters Department of the Army (2014). *FM- 3-24/MCWP 3-33.5 Insurgencies and Countering Insurgencies*. Washington DC: US Government Printing Office
- Huntington, S. (1999). *O Choque das civilizações*. Lisboa: Gradiva
- Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (2009). *Estudo sobre o impacto das alterações climáticas no risco de calamidades em Moçambique Relatório Síntese – Segunda Versão*. Disponível em http://cebem.org/cmsfiles/publicaciones/INGC_Alteracoes_climaticas.pdf. Acedido em 15 de abril de 2016.
- Kilcullen, D. (2010). *Counterinsurgency*. Oxford: University Press
- Lamy-Giner, M. (2009). *The Mozambican Port of Maputo in the Reconquest of its Hinterlands | [Le port mozambicain de Maputo à la reconquête de ses arrière-pays]*. *Annales de Géographie*, 118 (667), pp. 247-269.
- Lara, A. S. (2011). *Subversão e Guerra Fria*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mesquita, A. (2015). *Comunicações na Estratégia de Contrainsurgência. Estudo de caso Afeganistão*. In Lara, A. (Org) *Em caso de Guerra*. Lisboa: MGI
- Ministério do Exército (1963). *O Exército na Guerra Subversiva – II Operações contra bandos armados e guerrilhas*. s.l.: Ministério do Exército.
- Ministério do Exército (1963). *O Exército na Guerra Subversiva – III Acção psicológica*. s.l.: Ministério do Exército.
- Ministério do Exército (1963). *O Exército na guerra subversiva: I – Generalidades*. Lisboa: SPEME
- Ministério do Exército (1966). *O Exército na Guerra Subversiva – IV Apoio às autoridades civis*. s.l.: Ministério do Exército.
- Ministério do Exército (1966). *O Exército na Guerra Subversiva – V Administração e Logística*. s.l.: Ministério do Exército.
- Mittelman, J. (1979). *Global Participation: Alternatives to Conventional Strategies of Development Mozambique Experience. Alternatives: Global, Local, Political*, 5 (3), pp. 305-328.
- Nakatembo, B. M. (2009). *Histórias e Perspectivas*. Imprensa Militar – 1965 – 2005. Disponível



em:<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwi5qZLFp4DNAhXMBBoKHcKVak0QFggbMAA&url=http%3A%2F%2Ffordifp.net%2FPortals%2F0%2FNews%2F7b461502-04a8-4dce-9bdb-08db8e609f0cLIVROII.doc&usg=AFQjCNG-nenWmhWOYjCCmidl8sRc3bSa9w&sig2=DytQuu902xfzPRJ7c-BCJg>. Acedido a 14 de maio de 2016.

Penvenne, J.M. (2016). *Mozambique*. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Climate>. Acedido em 03 de julho de 2016.

Ribeiro, C. et.al. (2004). *As campanhas em Moçambique, durante o conflito ultramarino Português*. Lisboa, IAEM.

Souto, A. N. (2007). *Caetano e o ocaso do "Império"*. Porto: Afrontamento

Torres, S. (2016). *O Jornalismo Português e a Guerra Colonial*. Lisboa: Guerra e Paz

Tse-Toung, M. (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva*. Lisboa: Sílabo

United Nations Development Program (2014). *Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience - Human Development Report*. United Nations Report.

Vegécio, F. (2006). *Tratado de ciência militar*. Lisboa: Sílabo